



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - Mesa

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, auditoria, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no Plano de Investimentos da Eletrobras para os próximos 5 anos em geração e transmissão de energia

JUSTIFICAÇÃO

A Eletrobras é maior empresa de Geração e Transmissão de Energia da América Latina, tendo sido responsável pela construção e operação das maiores usinas hidrelétricas, nucleares e linhas de transmissão do Brasil. A Companhia foi, também, responsável por programas sociais como Luz Para Todos que democratizou o acesso à eletricidade e subsidiou, durante anos, as tarifas de energia das regiões mais carentes do país.

Atualmente, a Eletrobras passa por um processo de reestruturação. Os resultados são evidentes: alta eficiência, níveis de geração de caixa e lucro fortíssimos, como o resultado divulgado do exercício de 2019 em 28/30/2020. Na ocasião, foram anunciados lucro de R\$ 10,7 bilhões e nível de endividamento reduzido, com a relação Dívida Líquida / LAJIDA de 1.6. Além disso, a companhia informou que distribuirá R\$ 2,5 bilhões de reais em dividendos aos seus acionistas.

Entre os acionistas, a União o maior deles, recebe da Eletrobras valores que podem ser reinvestidos pelo Estado Brasileiro em saúde, educação, segurança,



SF/20826.61053-76 (LexEdit*)

etc. Na última década, a União recebeu mais de R\$ 15 bilhões em dividendos da Eletrobras.

Entretanto, a Eletrobras vem sendo vítima de uma campanha contra sua imagem, com intuito de promover e justificar sua privatização. Em 2018, a diretoria da empresa contratou sem licitação uma consultoria para piorar sua imagem junto à opinião pública, com vistas ao processo de privatização. A contratação, meses após a campanha, acabou sendo anulada pela Justiça (<https://www.poder360.com.br/governo/visando-privatizacao-eletrobras-pagou-r-18-mi-para-manchar-propria-imagem/><https://www.terra.com.br/economia/justica-suspende-contrato-entre-agencia-de-rp-e-eletrobras,098b7870b06ee5c6786efc0d7a890bcezlqwq7q8h.html>).

Atualmente, integrantes da equipe econômica do governo e componentes da diretoria continuam com declarações tendenciosas, visando promover a privatização. O argumento que se repete incessantemente é de que a Eletrobras não possui capacidade suficiente para investimentos e a única saída seria a Privatização da Companhia.

Com base nos resultados divulgados de 2019, a Eletrobras alcançou um nível de endividamento de 1,6 (dívida líquida / LAJIDA), que a coloca num patamar de empresas muito pouco endividadas. Isso é bom, mas a companhia perde valor caso não se alavanque visando bons projetos de geração e transmissão de energia elétrica e num nível saudável de investimento, já que a alavancagem promove benefícios fiscais.

Referências nas áreas econômicas e financeiras indicam que um bom nível de endividamento seria entre 2 e 3, já que a empresa deve aproveitar boas oportunidades para crescer, inclusive as taxas de juros que estão nos níveis históricos mínimos.

No momento de grave crise econômica pelo qual o país passa, mais do que nunca se faz necessária a consecução de investimentos em infraestrutura, que no caso da Eletrobras, além de gerar e transmitir energia, fomentarão a geração de emprego, renda e desenvolvimento pelo país.

Por outro lado, a atual administração da Eletrobras, insiste em planejar pouquíssimos investimentos, aparentemente dando voz ao discurso de que a companhia não conseguiria investir e precisaria ser privatizada.

Entre as principais consequências está a perda de valor ao acionista, e nesse caso a União é o seu maior. Entretanto, alerta-se para a precarização das instalações e piora nas condições de trabalho como um todo. Logicamente, deixando de investir, a administração incide na infração do estatuto e missão da Eletrobras.

Foi graças a Estatal que as últimas grandes usinas hidrelétricas e linhas de transmissão, motrizes para geração de emprego e desenvolvimento nacional, foram viabilizadas. Entre os exemplos estão as hidrelétricas de Sinop, Teles Pires, Jirau, Santo Antônio e Belo Monte.

Por estas razões, solicito auditoria no plano de negócios da Eletrobras, a tudo visando o melhor interesse público à atuação da Companhia em benefício ao acionista nominado União.

Sala das Reuniões, 7 de abril de 2020.

Senador Weverton
(PDT - MA)
Líder do PDT no Senado Federal